

A luta pela terra na Amazônia: um estudo da comunidade de Jatobá da Volta Grande, em Mojuí dos Campos, Pará, Brasil

Gabriel da Silva Duarte 

Universidade Federal do Oeste do Pará
Santarém, Pará, Brasil
duartegabriel719.gd@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta um estudo de caso sobre o modo de vida, dinâmicas e problemáticas da comunidade de Jatobá da Volta Grande, no município de Mojuí dos Campos, Pará. Considerando a importância do trabalho na terra para os camponeses na Amazônia, assim como a produção de alimentos, é possível constatar a importância e o porquê da constante luta pela terra que se apresenta em várias escalas nessa região. Nesse sentido, e não diferente da realidade amazônica em outras escalas, na comunidade de Jatobá da Volta Grande, também, se apresenta a dinâmica do modo de vida camponês, com a policultura, assim como a luta e disputa pela terra contra fazendeiros e a lógica de reprodução/apropriação/expropriação do capital que se materializa no Baixo Amazonas a partir dos monocultivos de soja e milho.

PALAVRAS-CHAVE: luta pela terra, questão agrária; monocultura.

INTRODUÇÃO

Por este texto apresento o estudo de caso do grupo camponês da comunidade rural de Jatobá da Volta Grande, situada no município de Mojuí dos campos, mesorregião do Baixo Amazonas, estado do Pará. As unidades familiares ocupam a terra em que moram e trabalham desde o ano de 2014 desenvolvendo agricultura de base familiar. O texto é o resultado do trabalho de campo desenvolvido na comunidade, a partir da coleta de dados e observações empíricas, onde apresento análises da materialidade dos fatos expressos no movimento de luta pela terra.

A questão inquietante que motiva a construção desta pesquisa está relacionada com a compreensão da questão agrária na região amazônica materializada na luta pela terra. Segundo (FERNANDES, 2008, p. 178), essa problemática é ampla e complexa e se apresenta como estrutural, ou seja,

é uma problemática que se apresenta como inerente as contradições do modo de produção capitalista.

Em Jatobá da Volta Grande a luta pela terra está expressa por relações entre camponeses e fazendeiros. Estes são motivados por lógicas impregnadas e motivações de produção alinhados aos monocultivos de grãos de milho e soja, orientado para a acumulação do capital. Não sem consequências, eles buscam a geração de excedentes e concentração de renda monopolizando e concentração a terras pela formação dos latifúndios. Os camponeses apresentam distintas formas de uso da terra, são poliprodutores, que pela autonomia do trabalho garantem a reprodução da unidade familiar produzindo para o autoconsumo e para a venda nas feiras das cidades próximas.

Outra inquietação que mobilizou a construção deste texto foi a compreensão do modo de vida dos camponeses ocupantes da terra do Jatobá. Na busca por compreender o assunto mobilizei os trabalhos elaborados que tratam dessa temática, (MARQUES, 2011), (SHANIN, 2007) e (CHAYANOV, 1981) que para este estudo são fundamentais.

Para (SHANIN, 2007, p. 27), os camponeses se constituem em sujeitos que produzem na terra para subsistência e são donos do próprio tempo de trabalho, ou seja, não estão subordinados ao trabalho assalariado. O grupo camponês investigado produz alimentos na terra e são constituintes de uma classe social. Em acordo com esse autor apresento (MARQUES, 2011, p. 10) que defende a atualidade do conceito de camponês. Ela elaborou um conjunto de ideias fazendo destaque para a relação da ética camponesa e os valores morais que os constituem, ou seja, camponeses, se estão em luta por terra, compõem uma classe social.

Segundo (CHAYANOV, 1981, p. 138), a unidade de trabalho familiar não produz baseada no cálculo capitalista de lucro, ou seja, as categorias da economia política que explicam a organização da produção capitalista não são aplicáveis a forma de produção de base camponesa. Pois a produção camponesa é baseada na quantidade de força de trabalho gasta, conforme o número de pessoas que a unidade familiar tem ou conforme as necessidades de determinada ocasião.

Pelos elementos expostos, a pesquisa ora oferecida se apresenta como relevante no âmbito da dinâmica rural da Amazônia, porque o estudo de caso proposto – a luta pela terra e o modo de vida dos camponeses da comunidade Jatobá da Volta Grande – é ilustrativo de um conjunto de problemáticas situacionais nessa região do Brasil.

Os estudos de (OLIVEIRA, 2001, p. 190) e (GUEDES, 2021, p. 107), fazem destaques para as questões da luta pela terra e as situações de conflitos na Amazônia. Tais situações têm se apresentado mais explicitamente a partir dos programas e projetos dos governos militares brasileiros construídos para essa região nas décadas de 1970 e 1980. Desde então, a luta está sendo pautada nos movimentos de ocupações de terras, muitas consideradas improdutivas e que não cumprem a sua função social.

A terra, para além de um espaço absoluto da produção de alimentos, tem um valor especulativo. Ou seja, no campo brasileiro a terra é uma mercadoria que está em constante disputa. Disputa que envolve diferentes agentes, com diferentes formas e lógicas de uso desta. A luta pela terra no Jatobá, faz parte e é resultado da questão agrária brasileira que se coloca como central nos debates dos movimentos populares do campo. Essa questão agrária, explicita o problema da concentração fundiária que é histórico, desde o início da ocupação colonial no que hoje chamamos de Brasil.

Em sua fase neoliberal o modo de produção capitalista se apresenta como a lógica de acumulação de capital baseada na expropriação e espoliação dos camponeses da terra em prol de grandes fazendeiros, agentes desse modo de produção, extraíndo renda da terra e obtendo lucro mediante a exploração do trabalho e da exportação de commodities.

Segundo (MARQUES, 2011, p. 5), o crescimento dos conflitos no campo está alicerçado no crescimento da lógica de expropriação e mercadorização da terra. Para ela, esses processos influenciam no surgimento do regime alimentar corporativo, que monopolizado pelas grandes empresas, causam a descampesinização. Processo este, que a comunidade de Jatobá da Volta Grande luta para evitar, sendo a descampesinização, também, o desaparecimento de um modo de vida.

A pesquisa tem por objetivo compreender como a questão agrária se manifesta na escala local de Jatobá da Volta Grande. Nestes termos buscou-se, por esse estudo de caso, o entendimento das complexidades e contradições da luta pela terra naquela comunidade. Tais contradições se apresentam como resultado do modo de produção capitalista que historicamente foi/é contraditório, possibilitando o acesso à terra à alguns agentes, e na relação junto ao Estado, dificultam os anseios do acesso igualitário a terra aos camponeses. Ademais, busquei compreender mediante a análise, o modo de vida camponês dos sujeitos investigados, contrapondo a forma de uso da terra dos produtores familiares e dos grandes latifundiários em sua busca por extração da renda e obtenção do lucro.

Procedimentos da pesquisa

Considerando que a questão agrária, expressa na luta pela terra na comunidade de Jatobá da Volta Grande, é resultado das contradições que o campo brasileiro apresenta, assim como a consideração de que a lógica contraditória de acumulação de capital pelo modo de produção atual é uma problemática que está na ordem do dia, o método de dialético se faz pertinente.

O modo de produção capitalista se apresenta de forma contraditória no campo brasileiro, porque ao mesmo tempo constrói grupos favorecidos no acesso à terra, mas em seu movimento contraditório de relações, também produz uma massa de desfavorecidos, que tem suas reivindicações do acesso à terra travados pelas forças do capital junto ao Estado. Desse modo, aqui, a contradição e a conflitualidade entre diferentes lógicas de uso da terra é a representação da luta de classes que historicamente se expressa na materialidade em várias escalas. Este movimento contraditório de lutas pelas terras se apresenta na realidade de Jatobá e seu entorno.

Moraes (2014, p. 10) explicita preocupações quanto à questão de método na Geografia. Este autor apresenta o dilema do método como camisa de força e o método de um ecletismo implícito, ou seja, cita sobre o uso de vários métodos em uma pesquisa (assim como o uso de vários autores com métodos diferentes) e sobre o uso de um único método. Nesta pesquisa faz-se uso de um método restrito, como citado por (MORAES, 2014, p. 11), o dialético, escolhido a partir das respostas que a materialidade nos representou.

Sobre a questão de método na Geografia (MORAES, 2014, p. 13) discorre que:

Existem métodos amplamente transdisciplinares, que a rigor não conhecem limitações em termos de suas áreas de aplicação, como, por exemplo, o positivismo e a teoria dos sistemas. Existem outras orientações metodológicas que conhecem enfáticas restrições em sua aplicabilidade, como as presentes nos métodos exclusivos das ciências humanas, como o marxismo ou a fenomenologia, por exemplo. Há mesmo propostas metodológicas que se dirigem a apenas uma área do conhecimento (como a “sociologia compreensiva” de Max Weber) ou à análise de uma classe bem restrita de fenômenos (como a teoria psicanalítica de Freud). Enfim, as posições existentes são variadas quanto a este ponto. As restrições em termos do campo de aplicação subjacente a cada método derivam de posicionamentos assumidos em sua construção ou na macroteoria que lhe deu origem, dizendo respeito às diferentes concepções presentes na reflexão filosófica quanto à possibilidade de explicar/interpretar o mundo, e/ou quanto à capacidade de chegar ou não a uma efetiva objetividade nessa “leitura do real”. Cabe salientar que cada concepção do ato cognitivo condiciona a adoção de todo um conjunto de procedimentos de pesquisa que correspondam a esta forma de conceber a consciência do mundo, sendo que algumas óticas se adaptam melhor ao estudo de certos fenômenos, inclusive destacando-os como prioritários (ou

estruturantes da “realidade”), enquanto outras podem interditar de forma absoluta a análise de determinadas matérias (inclusive por que pode entendê-las como inexistentes ou falsas). Por tanto, os componentes filosóficos de um método assumido vão condicionar os recortes analíticos passíveis de serem executados sob sua orientação, bem como as suas possibilidades de interlocuções interdisciplinares coerentes.

Dessa forma, o método dialético aqui escolhido de modo restrito, articulado pela teoria do materialismo histórico, nos permite a leitura dos fenômenos complexos, contraditórios e dinâmicos postos na realidade de Jatobá da Volta Grande. É importante trazer para o diálogo desta investigação a relação dos elementos materiais para se compreender a realidade pela totalidade.

A pesquisa acompanha a análise qualitativa, considerando que estamos realizando estudo para a sociedade, e neste caso específico, para sujeitos políticos do campo, ou seja, estamos pesquisando sujeitos que apresentam forma de desenvolvimento e complexidade qualificada como o modo de vida camponês. Esses explicitam temporalidades e espacialidades diversas que se manifestam nas formas de organizações espaciais.

Ademais, os camponeses do Jatobá compõem o movimento social que luta pela terra e para garantir a existência da vida familiar pelo trabalho, produzindo alimentos para o próprio sustento e para a sociedade. Disso decorre a importância da classe camponesa, pela sua capacidade de produção de alimentos.

Para elaboração deste texto, foram realizados trabalhos de campo na comunidade, o primeiro com duração de um dia; o segundo com a duração de dois dias. Ademais, foram coletados dados primários sobre as dinâmicas de produção e comercialização de alimentos, além dos aspectos socioeconômicos. Estes dados foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas e abertas; foram registrados fotos, vídeos e áudios sobre as questões que envolvem Jatobá da Volta Grande.

Estes processos foram acompanhados da pesquisa e revisão bibliográfica, que dialogam com os objetivos propostos. As leituras foram realizadas em livros, artigos de autores da Geografia e outras áreas do conhecimento que dialogam com o assunto desta pesquisa.

DESENVOLVIMENTO

A luta pela terra

Os conflitos no campo no Brasil, remontam ao período colonial, sendo a luta pela terra e os conflitos entre diferentes lógicas de uso da terra, algo explícito nesse processo histórico. Os povos originários, no Brasil, foram os primeiros grupos a participarem, junto com os colonizadores, dos conflitos

no campo. Dessa forma, o processo de invasão e expropriação dos territórios indígenas por colonizadores, baseados em uma lógica de acumulação por expropriação da terra e do território, foram os primeiros registros das conflitualidades e conflitos, nos quais o campo brasileiro seria o palco.

Das lutas dos negros escravizados com os fazendeiros rentistas, nasce também outros conflitos no campo, com a fuga e a formação de territórios quilombolas. Processos que foram baseados e envolveram como forma de manifestação das relações de poder, a violência. A violência e a morte são características, quase que inerentes aos conflitos no campo brasileiro, no entanto, da morte também nasce a vida, com o processo de organização dos movimentos sociais e a formação do campesinato como classe social, que lutam pela terra e pelos territórios.

Na Amazônia brasileira, os conflitos no campo e a luta pela terra tem origem, também, no período colonial, mas podem ser melhor entendidos a partir do processo de inserção da Amazônia a lógica capitalista de produção e a violenta forma de expropriação de povos originários, quilombolas e camponeses da terra a partir da segunda metade do século XX. Essa intensificação dos conflitos no campo amazônico acontece a partir das políticas de colonização e ocupação da Amazônia dos governos militares (1964 – 1985). Entre essas políticas, está o Programa de Integração Nacional (PIN), este programa tinha os seguintes projetos: os Projetos Fundiários (PF's) e os Projetos Integrados de Colonização (PIC's). Além dos projetos de colonização dirigida, a abertura da rodovia Transamazônica (BR-230) e a construção da rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163), foram eixos de expansão muito influentes para a dinâmica do capital na Amazônia e para o fomento dos conflitos no campo.

Buscou-se compreender as problemáticas a partir das escalas; mundial, nacional e regional para entender a escala local de Jatobá da Volta Grande. A partir deste recurso interpretativo, compreende-se como o local é influenciado pelas dinâmicas mundiais, isto é, o lugar é a totalidade menor, partícipe das dinâmicas mundializadas enquanto totalidade maior.

Nestes termos, como resultado do processo de acumulação desenfreada do modo de produção capitalista, em Santarém, no Pará, a chegada de uma empresa estadunidense fomentou o processo de expansão da lógica capitalista de produção e acumulação para o campo, fomentando situações de conflitos e a luta pela terra na Mesorregião do Baixo Amazonas Paraense.

A Cargill Agrícola S.A, empresa estadunidense responsável pelo controle de importação, exportação e processamento de commodities, ganhou um processo licitatório aberto no ano de 1999, pela Companhia Docas do Pará

(CDP). O início da construção da Estação de Transbordo de Cargas (ETC), começou em 2000, e a empresa começou a operar no ano de 2003. A multinacional, com a sua ETC nas margens do rio Tapajós, em Santarém, é um nó que está integrado a uma rede de fluxos de soja e milho com pontos de origens, principalmente na região Centro-Oeste, que através da BR-163 conseguem movimentar cargas por meios de caminhões, logo, após o carregamento em navios graneleiros, as commodities são exportadas para países de altas latitudes.

Após a instalação, a empresa alterou a dinâmica e a relação do uso da terra em razão da inserção da soja e do milho nas terras dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos (figura 1). A alteração ocorre pelo aumento da apropriação da terra e a formação da propriedade privada da terra em áreas que antes o uso acontecia pela posse simples (GUEDES, 2021, p. 118). Está em curso a formação dos grandes latifúndios associados a lógica de acumulação do grande capital, a partir da exportação dos grãos.

A expansão do latifúndio e o uso da terra para cultivo de grãos fomenta os conflitos entre fazendeiros, indígenas, quilombolas e posseiros. Na região, grupos étnicos lutam pela demarcação dos territórios, quilombolas exigem que se proceda a titulação coletiva da terra e os pequenos agricultores buscam a legitimação de suas posses. Esses segmentos, com diferentes modos de vida, estão em constantes conflitos por terra e território nos municípios citados.

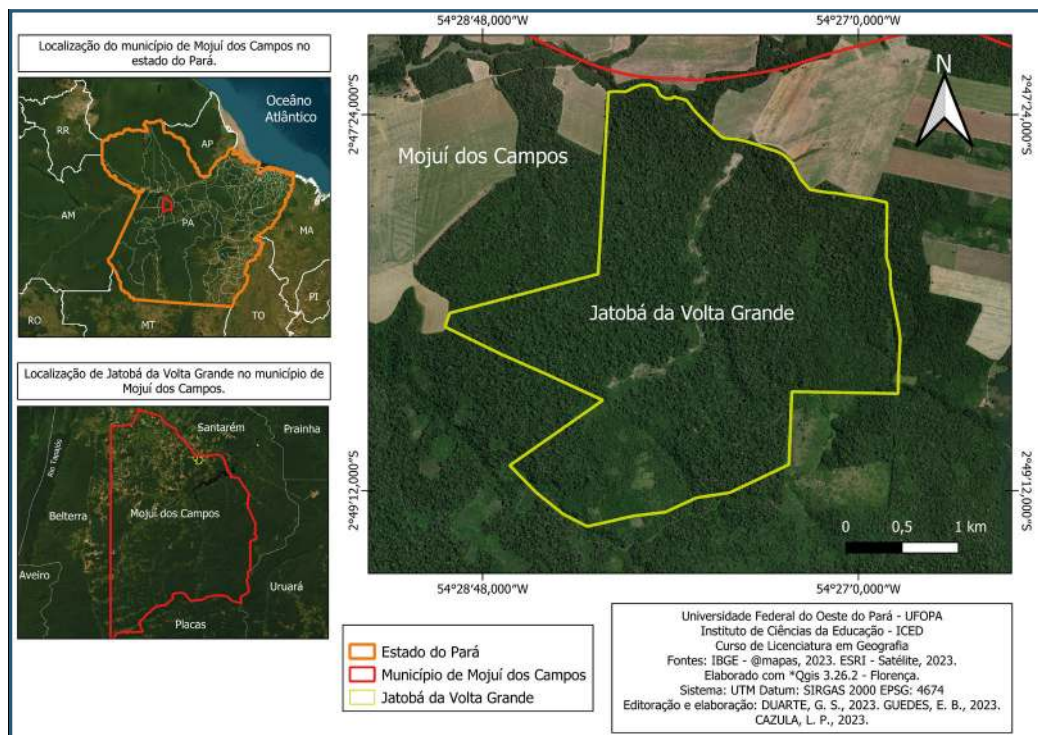
No município de Mojuí dos Campos, a comunidade de Jatobá da Volta Grande, é a representação, entre os vários grupos de posseiros na Amazônia, da luta pela terra e pela manutenção do modo de vida camponês. As famílias desta comunidade lutam pela legitimação das suas posses junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Eles têm contado com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), um coletivo de advogados populares (MAPARAJUBA) e os professores da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A disputa pela terra envolvendo aquelas famílias se manifesta na relação de apropriação com os agentes do capital, ligados a produção dos monocultivos de soja e milho para a exportação.

Considerando a importância do uso da terra para produção de alimentos e manutenção de um modo de vida, Jatobá da Volta Grande apresenta dinâmicas que estão para além das categorias da economia política. Sua produção, é antes de tudo, para a sustentação da unidade familiar e para a venda em feiras das cidades. Produção de alimentos que, no tocante à saúde humana e os impactos ao meio ambiente, são inversamente proporcionais ao que ocorre nos grandes monocultivos e latifúndios da região.

Dessa forma, a comunidade de Jatobá da Volta Grande, para além da luta pela terra e os conflitos que representam a questão agrária, é a expressão da luta pela manutenção e reprodução do modo de vida da classe camponesa.

A luta pela terra em Jatobá da Volta Grande

Figura 1 – Localização da comunidade de Jatobá da Volta Grande



Fonte: organização própria, 2023.

Jatobá da Volta Grande surgiu no contexto do chamado agronegócio, que se expandiu na região do planalto santareno (municípios de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra [figura 1]). Segundo liderança local, a ocupação da terra teve início no ano de 2014, quando 25 famílias ocuparam a área antes utilizada por eles para a coleta extrativista de castanha, cipó, palha, caça, coleta de sementes e outros recursos florestais.

Pela necessidade de representação política do grupo qualificado, no ano de 2015 eles fundaram a Associação de Moradores da Comunidade de Jatobá, que possibilitou a organização do movimento social em luta pela terra. Atualmente a comunidade tem uma média de 60 famílias e 180 pessoas ocupando área de 711,16 hectares de terras. Cada unidade familiar é posseira de um pequeno lote de terra.

As famílias de Jatobá da Volta Grande estão em luta pela terra e buscam pelo trabalho manter o modo de vida. Este modo de vida é também representado de maneira estigmatizada, visão que se tem sobre o campo

brasileiro que por vezes faz menção aos trabalhadores rurais por inferência de “povos atrasados”, em face da cidade ou do urbano como um “povo moderno”. (MARQUES, 2002, p. 109) em sua elaboração crítica entre o campo e a cidade, compreende essa relação pela interdependência, ou seja, deve-se entender que não existem hierarquias em relação a importância socioeconômica do campo e da cidade, o que existe, são lógicas de produção e reprodução diferentes, que tem suas particularidades, mas que estão em relação de forma não hierárquica.

Sobre a relação campo-cidade, especificamente, entre a comunidade de Jatobá da Volta Grande e a cidade de Santarém, assim declarou o depoente:

E assim, aqui, pra mim sair daqui, para trabalhar de empregado, não entra na minha cabeça isso aí. Porque uma pessoa que trabalha de empregado lá, ele pra ganhar um salário mínimo [...], não é me gabando, mas eu faço isso em uma semana, se eu quiser, tá entendendo? E os outros dias do mês, eu posso ficar cuidando do que é meu, tá entendendo? [...]. É por isso que gosto disso aqui, não troco isso aqui por nada. [...]

Assim, porque quem, porque quem já mora na cidade, ele, ele vem pra colônia e vai estranhar, e se você mora na colônia, vai pra cidade, vai estranhar. É uma diferença muito grande, tá entendendo? Então é por isso que não me vejo... Eu nasci na colônia, morei muito tempo na cidade, mas, mas ainda assim eu não gostei de morar lá. Morei ainda uns 8 anos na cidade, não gostei de morar lá. Tanto é que eu vim morar pra colônia e estou até hoje.

Ainda sobre o modo de vida no campo e as formas de viver na cidade ou no urbano, entrevistada comenta que:

[...] Bom...a diferença entre viver na cidade grande e no interior, não tem comparação. Porque cidade grande é muito mais quente, é uma poluição que sem comparação. É uma queimadura muito grande, e eu não sei como as pessoas conseguem viver na cidade, porque meu amigo, é mesmo que está enjaulado, é todo tempo fechado. Então a gente que mora na colônia, eu posso dizer assim, é privilegiado com natureza, com esse modo de viver caipira. Então pra nós tudo é assim, tudo é de graça, é um milagre, um milagre e benção de Deus, porque na cidade, infelizmente, é a lei da sobrevivência lá. E aqui pra nós a gente sobrevive porque nós somos abençoados. [...] Aqui a natureza é paz é tudo.

Um camponês faz a sua análise da vida no campo e a vida na cidade:

Na minha opinião aqui no campo é bem melhor, né! Como pode ver, é um clima diferente, é mais sossegado. E na cidade, além da queimadura, tem muito barulho, né! Tem gente que gosta, mas eu particularmente eu não sou fã da cidade não, prefiro o mato mesmo.

Na comunidade, a dinâmica de produção e o modo de vida não se apresentam como um atraso, frente a lógica de acumulação acelerada do capital, mas como um modelo de desenvolvimento, que tem extrema importância para a cidade de Santarém a partir da venda dos produtos do trabalho cam-

ponês. A forma ou modo de produzir desses, garante o autoconsumo e gera renda, que garante existência da unidade familiar.

Segundo (CHAYANOV, 1981, p. 136) a produção camponesa familiar, diferente da produção em grandes extensões de terras, não está voltada para a geração de lucro e acumulação de riquezas, porque não se encaixa nas categorias da economia política. Dessa forma, a relação entre patrão e empregados está ausente, bem como não há a categoria salário, sendo o camponês dono do seu próprio tempo de trabalho.

Diante dessas dinâmicas e complexidades que a comunidade apresenta. No ano de 2016, a comunidade iniciou um período de conflitos com outros proprietários de terras, que apresentavam uma lógica de produção totalmente oposta, a partir do latifúndio. Estes conflitos se apresentaram/apresentam como desafios para a comunidade, assim como para o processo de legitimação de posse, que é o verdadeiro objetivo desses camponeses. (FERNANDES, 2008, p. 180), ao explicitar a diferença entre conflito e conflitualidade, também cita que a ideia de conflito, característica estigmatizada do campo, não deve ser vista e analisada de forma pejorativa, frente ao “desenvolvimento” que a lógica do agronegócio supostamente causaria. No entanto, este autor cita que o desenvolvimento e o conflito são duas características do campo brasileiro, sendo que estes dois processos não devem ser vistos como antagônicos. Ainda sobre o conflito, (FERNANDES, 2008, p. 181), cita que este é o momento do enfrentamento; a conflitualidade é um processo que está presente no cotidiano e está expresso no modo de vida.

Os conflitos em Jatobá se apresentam como uma manifestação da luta pela terra que ocorre na Amazônia, assim como a luta contra a lógica expropriadora do capital, que se expande por essa região, gerando lucro para alguns e renda para outros.

A conflitualidade na comunidade começa quando os fazendeiros usam de vários canais do Estado para tentar frear o ímpeto de legitimação de posse dos camponeses, com denúncias sobre supostas alegações de que a comunidade estaria usando as terras como reserva de valor, ou seja, para a especulação fundiária. No entanto, a comunidade está resistindo e lutando pela manutenção do seu modo de vida, por meio institucionais do Estado. As terras para estes camponeses, é antes de tudo, para a sobrevivência.

A luta pela terra nesta comunidade, atualmente, passou do âmbito político ao âmbito judicial. Com os pedidos de reintegração de posse em nome dos proprietários de monocultivo de milho e soja na região, ainda em trâmite. Este processo ainda não está finalizado, o que explicita um cenário de

incerteza nesta comunidade. A partir de (MARQUES, 2011, p. 9) a luta contra o processo de mercadorização da terra é também uma luta contra a descampesinização, que seria o fim do modo de vida camponês.

O modo de vida camponês

Os camponeses, como uma classe social, constituem um modo de vida. A terra é o principal meio produção dos camponeses, ou seja, a terra é a própria manifestação da vida, sendo dela tirado os recursos essenciais para a manutenção do corpo humano, os alimentos. Como características desse modo de vida, a agricultura e a produção familiar são muito importantes para os camponeses, mas não somente para estes, a produção no campo também é muito importante para os que vivem nas cidades. A partir da coleta de dados primários e de entrevistas com os camponeses na comunidade estudada, é possível afirmar que a agricultura é a principal forma de manutenção da comunidade e a principal fonte de renda.

Sobre a agricultura e os alimentos produzidos em Jatobá da Volta Grande, a policultura é a principal característica desse tipo de produção, que é familiar, baseada no trabalho não assalariado. Os camponeses são donos do seu tempo de trabalho, ou seja, estes têm a autonomia no processo produtivo. Sobre a questão do tempo de trabalho um depoente comenta que:

[...] sim, eu mando no meu tempo. Às vezes eu tô em casa de bobeira, e a minha mulher fala assim: “vai trabalhar!”. E eu digo: “pra quê?”. Eu sou meu patrão, eu faço o meu horário, então eu vou na hora quero, volto na hora que quero [...] e você tá empregado não, você não vai ter esse privilégio, né!

Sobre a produção baseada na policultura, este mesmo entrevistado cita que:

[...] uma dificuldade básica, lá na cidade...olha, tu chega na colônia tu ver um pé de manga, tu vai lá e pegar uma manga. Tu vai no pé de caju, te se sente a vontade. No pé de Ingá, que nem o que tem ali. Tã entendendo? Um limão, uma laranja. Na cidade não, na cidade se não no teu quintal plantado, tu vai ter que ir no quintal do vizinho, né?! E vai dar uma confusão! Ou então comprar. [...] e tu ver um filho teu querendo uma fruta, e tu não ter o dinheiro para comprar. Por isso que a gente aqui na colônia é muito privilegiado, viu!

Esta forma de produção na região do planalto santareno se diferencia das práticas agrícolas utilizadas pelos campos de monocultivo de soja e milho. Dessa forma, a policultura, praticada por camponeses, se apresenta através de uma diversidade de alimentos produzidos. Isto é explícito na citação de um outro entrevistado:

[...] Porque aqui, na cidade se você quiser uma banana, se você quiser uma farinha, uma goma, qualquer coisa. Se não tiver dinheiro, você não comer. Já aqui nós no interior, nós temos o chão, mui-

to rico a nossa terra. A gente planta uma macaxeira, uma melancia, planta mandioca, quando tiver no ponto de tirar, a gente tira, faz a farinha. Então pra nós tudo é assim, tudo é de graça, é um milagre, um milagre e benção de Deus, porque na cidade, infelizmente, é a lei da sobrevivência lá.

Nesse sentido, a diversificação na produção se torna uma importante prática agrícola, que evita o monopólio e a dependência de um único produto. (MARQUES, 2011, p. 3), cita que a partir das crises do petróleo na década de 1970, houve uma mudança na lógica de produção nos países chamados “subdesenvolvidos”. Com a início da fase neoliberal, as economias desses países passaram a adotar políticas de modernização da economia. No Brasil, o processo que ocorreu foi os investimentos nos setores primários, como, por exemplo na agricultura ou o que se convencionou chamar de agronegócio. Esta autora cita que este setor teve crescimento no Brasil a partir do surgimento dos agrocombustíveis e a partir da crise de 2007. Dessa forma, ela ainda cita sobre o regime alimentar corporativo, que é baseado na relação dos monocultivos com o mercado financeiro. Este processo pode ser observado em várias escalas, inclusive, para entender a comunidade de Jatobá da Volta Grande, a partir da totalidade, como resultado dessas dinâmicas mundiais.

Entender o modo de vida camponês e campo brasileiro é essencial para compreender as dinâmicas que também ocorrem nas cidades. Os produtos produzidos na comunidade Jatobá da Volta Grande, são vendidos nas cidades próximas, especificamente nas feiras. Dito isso, podemos citar que o campo brasileiro, assim como Jatobá da Volta Grande, são muito importantes para sociedade em sua totalidade. O acesso pleno a terra, para a manutenção do modo de vida, é uma emergência que reflete os vários desafios e contradições que o modo de produção capitalista apresenta, e que devem ser resolvidos. Desafios e lutas pela terra que se apresentam no espaço-tempo amazônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela terra em Jatobá da Volta Grande, é a representação do lugar como totalidade, ou seja, a lógica de expropriação e espoliação da terra, para a geração e acumulação de capital que se manifesta em outras escalas no mundo, também é perceptível e causa influências na escala da comunidade estudada. Ou seja, o processo de formação da propriedade privada da terra no município de Mojuí dos Campos, e a luta pela terra contra os monocultivos de soja e milho, são representações do lugar como totalidade e das

lógicas de acumulação por espoliação que o modo de produção capitalista impôs no mundo.

O modo de vida de camponês é a representação de outra dinâmica de produção de alimentos, este modo de vida está calcado na luta pela terra, conseqüentemente, é a luta de uma classe social, que busca, a partir do cultivo na terra, sobreviver.

A comunidade atualmente está passando por processos de luta institucional para a manutenção de seu modo de viver camponês. Nesse sentido, a luta que se apresenta nesta comunidade da mesorregião do baixo amazonas paraense, para além da luta pela terra, é também a luta pela manutenção e direito de reprodução do modo de vida camponês. ●

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R. A.; PAULÍNO, E. T. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. *Geografia*, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10164/>. Acesso em: 18/09/2024.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO, S. J; STOLCKE, V. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4971568&forceview=1>. Acesso em: 18/09/2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio. *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 173-224. Disponível em: <https://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/71/f1301questo-agraria-conflitualidade-e-territorialidade.pdf>. Acesso em: 18/09/2024.

GUEDES, Eneias Barbosa. *Territorialidades em tensão: processos e disputas por territorialização na Amazônia*. 2021. p. 406. Tese de doutorado (Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tdc-24082021-212031/pt-br.php>. Acesso em: 18/09/2024.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. *Editora Terra Livre*, São Paulo, v. 2, n. 19, p. 95-112, 2002. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/160>. Acesso em: 18/09/2024.

MARQUES, M. I. M. O Novo Significado da Questão Agrária. In: V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 5, 2011/Belém. *Anais do V Simpósio Internacional e VI Simpósio Nacional de Geografia Agrária*, Belém, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4461092/pdf>. Acesso em: 18/09/2024.

Marques, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista Nera*. n. 12, p. 57-67, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1399>. Acesso em: 18/09/2024.

MARX, K. A Assim Chamada Acumulação Primitiva. In: MARX, K. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boi Tempo, 2011, p. 514-541.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. *GEOUSP Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, jan/abr 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81075>. Acesso em: 18/09/2024.

NEVES, D. P. Questão Agrária: Projeções Societais em Confronto. *Textos e Debates*, Boa Vista, v. 1, n.31, p. 79-106, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/textosedebates/article/view/4258/pdf>. Acesso em: 18/09/2024.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9831>. Acesso em: 18/09/2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A geografia das lutas no campo*. 6º ed. São Paulo: Contexto, 1990. 101 p. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/72>. Acesso em: 18/09/2024.

SHANIN, T. Lições camponesas. In: FERNANDES, B. M.; MARQUES, M. I. M. SUZUKI, Júlio Cersar. *Geografia agrária: teoria e poder*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 384 p. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/440804918/LICOES-CAMPONESAS>. Acesso em: 18/09/2024.



Esta obra adota a licença
Creative Commons CC-BY 4.0
Atribuição 4.0 Internacional

Artigo recebido em: 20/09/2024

Artigo aprovado em: 02/10/2024

Artigo publicado em: 22/10/2024